

“ CIDADE PARA TODOS”

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E INTEGRADA PARA AS CIDADES

1ª Conferência das Cidades da Região do Alto Vale do itajaí

Relatório da Conferência

Região	AMAVI
Municípios integrantes	Agrolândia Agronômica Atalanta Aurora Braço do Trombudo Chapadão do Lageado Dona Emma Ibirama Imbuia Ituporanga José Boiteux Laurentino Lontras Mirim Doce Petrolândia Pouso Redondo Presidente Getúlio Presidente Nereu Rio do Campo Rio do Oeste Rio do Sul Salette Santa Terezinha Taió Trombudo Central Vitor Meireles Witmarsum
Estado	Santa Catarina
Data	12/08/03
Local	Parque Universitário Norberto Frahm Rio do Sul - SC
Nº de Participantes	230 pessoas
Coordenação Geral	Maristela Macedo Poleza

COMISSÃO PREPARATÓRIA

I – Gestores, administradores públicos e legislativos – federal, estaduais, municipais e Distrito Federal, 40%

1. Titular: 12ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional
Suplente: Poder Executivo de Mirim Doce
2. Titular: 13ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional
Suplente: Poder Executivo de Presidente Nereu
3. Titular: 14ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional
Suplente: Poder Executivo de Santa Terezinha
4. Titular: Poder Executivo de Ibirama
Suplente: Poder Executivo de Petrolândia
5. Titular: Poder Executivo de Ituporanga
Suplente: Poder Executivo de Agrônômica
6. Titular: Poder Executivo de Rio do Oeste
Suplente: Poder Executivo de Atalanta
7. Titular: Poder Executivo de Presidente Getúlio
Suplente: Poder Executivo de Dona Emma
8. Titular: Poder Executivo de Rio do Sul
Suplente: Poder Executivo de Braço do Trombudo
9. Titular: Poder Executivo de Agrolândia
Suplente: Poder Executivo de Chapadão do Lageado
10. Titular: UCAVI
Suplente: UCAVI
11. Titular: AMAVI
Suplente: AMAVI

II – Movimentos sociais e populares, 25%

12. Titular: Associações de Moradores Regional
Suplente: Associação de Moradores de Ribeirão do Salto - Lontras
13. Titular: Mulheres em Movimento
Suplente: OASE – Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Dona Emma
14. Titular: Lions de Vitor Meireles
Suplente: Lions Bela Aliança – Rio do Sul
15. Titular: Câmara Júnior de Laurentino
Suplente: Câmara Júnior de Rio do Sul
16. Titular: Rotary de Salete
Suplente: Rotary de Pouso Redondo
17. Titular: Associação de Moradores de Taió
Suplente: Associação de Moradores do Bairro Ipiranga - Agrolândia
18. Titular: Associação de Moradores Getúlio Vargas - Ibirama
Suplente: Clube de Mães de Aurora

III – ONGs, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, 7,5%

19. Titular: APREMAVI – Assoc. Preservação Ambiental Alto Vale do Itajaí
Suplente: TREMTUR – Fundação Re vitalização da Ferrovia
20. Titular: UNIDAVI – Universidade para o Desenv. Alto Vale do Itajaí
Suplente: AEA VI – Assoc. Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí.

IV – Trabalhadores, através de suas entidades sindicais 10%

21. Titular: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Sul
Suplente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trombudo Central
22. Titular: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio do Sul
Suplente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Campo
23. Titular: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e Região do Alto Vale do Itajaí
Suplente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbuia

V – Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 7,5%

24. Titular: Sindicato das Indústrias de Construção e Mobiliário de Rio do Sul
Suplente: Associação Comercial e Industrial de Ituporanga
25. Titular: Associação Comercial de Industrial de Rio do Sul
Suplente: Associação Comercial e Industrial de Ibirama

VI – Operadores e concessionários de serviços públicos, 10%

26. Titular: CASAN Regional
Suplente: CASAN de Witmarsum
27. Titular: CELESC Regional
Suplente: CELESC de José Boiteux
28. Titular: Caixa Econômica Federal de Rio do Sul
Suplente: FUSAVI – Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí.

Ata da 1ª. Conferência das Cidades da Região do Alto Vale do Itajaí.

Sob o tema “ CIDADE PARA TODOS “ e Lema: Construindo uma política democrática e integrada para as cidades, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniram-se no Parque Universitário Norberto Frhan, representantes dos municípios do Alto Alto Vale do Itajaí para a deliberarem sobre a Ata da 1ª. Conferência das Cidades da Região do Alto Vale do Itajaí com a seguinte ordem do dia: Na abertura o cerimonial tratou sobre o histórico e amplitude do tema nos contextos nacional e estadual. O presidente em exercício da AMAVI, Sr. Ayres Marchetti recepcionou os presentes declarando a importância do evento referindo-se que o aumento da população urbana no Brasil não é fruto do crescimento econômico e social, mas sim produto da expulsão do homem do campo, êxodo que segundo ele, continua em marcha acelerada. O prefeito de Rio do Sul, Jailson Lima da Silva, cumprimentou os presentes ressaltando a importância do momento histórico que o país atravessa e que existe esta proposta concreta de discussão sobre a problemática localizada dentro da cada cidade. Ressaltou que é de responsabilidade dos participantes a inclusão de encaminhamentos que sirvam para aprimorar a busca de soluções. Na seqüência a arquiteta da AMAVI, Maristela Macedo Poleza enfocou a pauta da produção dos trabalhos, interligando os temas propostos pelo comitê nacional como Habitação, Saneamento Ambiental, Programas Urbanos e Transportes no cenário regional. Salientou a importância do envolvimento dos presentes no sentido de dar uma resposta à altura do potencial regional, encaminhando à formação do grupos propostos. Os grupos foram coordenados pelos profissionais da AMAVI, engenheiro civil Milton Demarchi (Transportes), arquiteto Luis Carlos Hesmman (Saneamento), arquiteta Norma L. Bartz (Habitação) e arquiteta Maristela Macedo Poleza (Programas Urbanos) que obtiveram farto material, aprovado posteriormente em plenária e anexado a este documento. Na continuação dos trabalhos foram eleitos os delegados que representarão a região do Alto Vale do Itajaí, na Conferência Estadual a ser realizada de 21 a 23 de setembro em Florianópolis. Considerando qualitativamente expressivo o encontro foi encerrado com a leitura do documento final e agradecimento aos presentes.

Relatório dos Painéis Temáticos

1 - PROGRAMAS URBANOS

Coordenadora	Arquiteta: Maristela Macedo Poleza
Assuntos debatidos	Planos Diretores, Estatutos das Cidades, Patrimônio Arquitetônico, Desenho Urbano; Perímetros Urbanos, Espaços Rurais, Parcelamento, Capacitação Técnica.
1.1 - PLANOS DIRETORES	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Carência de Planos Diretores ;2. Carência de Técnicos capacitados e de material específico de alto custo;3. Planos Diretores desatualizados;4. Planos Diretores não implantados;5. Conselho de Planos Diretores inoperantes;6. Descumprimento da legislação;7. Carência de uma gerência urbana local e regional. <p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Cidades crescendo sem diretrizes urbanísticas;2. Região crescendo sem análise das relações entre as cidades;3. Ocupação desordenada de áreas;4. Conceito de cidade idealizada, pouca margem para flexibilização. <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Recursos para elaboração de Planos Diretores;2. Conscientização e envolvimento de lideranças locais;3. Promoção da valorização do planejamento das condições urbanas e rurais;4. Programas de ordenação de adensamentos urbanos utilizando o IPTU progressivo;5. Inclusão dos espaços rurais nos processos de planejamento;6. Programas de parcerias entre os municípios para realização de Planos Diretores;7. Cursos para capacitação de corpo técnico;8. Programas e treinamento de inserção dos Planos Diretores num contexto regional;9. Instalação da Lei do Plano Diretor em todas as cidades da região independente do número de habitantes;10. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.
1.2 - ESTATUTO DAS CIDADES	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Desconhecimento da Legislação;2. Carência de Técnicos capacitados ;3. Êxodo rural como agravante, senão fonte principal de problemas gerados nas cidades; <p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Não aproveitamento dos recursos que a legislação permite. <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Implantação de Secretarias de Planejamento Urbano em

**1.3 -
PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO**

- todos os municípios;**
- 2. Envolvimento com os profissionais locais;**
 - 3. Cursos para capacitação técnica;**
 - 4. Instalação da Lei do Estatuto da Cidade em todas as cidades da região, no tempo hábil e independente do número de habitantes;**
 - 5. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.**

PROBLEMAS

1. Acervo em péssimas condições construtivas;
2. Imóveis desvalorizados;
3. Proprietário desestimulado a tratar da preservação;
4. Faltam políticas de conscientização para a valorização das culturas locais;
5. Valorização e obseção pelo novo.

CONSEQUÊNCIAS

1. Perda do Patrimônio Edificado;
2. Perda da Memória Coletiva;
3. Perda da Memória Construtiva.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Programas de valorização do patrimônio edificado;**
- 2. Conscientização cultural das comunidades;**
- 3. Valorização do patrimônio histórico e aproveitamento turístico do leito abandonado da Ferrovia (Projeto TREMTUR);**
- 4. Programas e recursos para revitalização urbana;**
- 5. Compensação financeira;**
- 6. Trabalho de destaque do imóvel como forma de valorização, resgatando história e detalhes arquitetônicos;**
- 7. Envolvimento dos Conselhos de Cultura;**
- 8. Utilizar o Estatuto da Cidade;**
- 9. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.**

**1.4 -
DESENHO
URBANO**

PROBLEMAS

1. Carência de espaços de lazer urbano;
2. Passeios inadequados em tamanho, tipo e forma;
3. Passeios comprometidos com lixeiras, objetos de propaganda e desníveis para acesso de veículos;
4. Carência de sinalização para deficientes visuais;
5. Áreas urbanas degradadas;
6. Falta de fiscalização de lei que rege passeios.

CONSEQUÊNCIAS

1. Subutilização dos espaços públicos;
2. Acidentes com pedestres;
3. Poluição visual.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Programas de valorização do desenho urbano nos espaços**

**1.5 -
PERÍMETROS
URBANOS**

- públicos;**
- 2. Instituição de concursos públicos de desenho urbano;**
 - 3. Aplicação da legislação de posturas na cobrança de passeios adequados;**
 - 4. Recursos para os projetos de urbanização já aprovados;**
 - 5. Programas de conscientização e de parceria entre o público e o privado;**
 - 6. Valorização de espaços das margens dos rios;**
 - 7. Mobiliário urbano compatível a cultura local;**
 - 8. Programa de criação de espaços urbanos destinados ao lazer;**
 - 9. Programa de criação de espaços urbanos livres; proporcional ao número de habitantes;**
 - 10. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.**

PROBLEMAS

1. Grandes áreas urbanas;
2. Bolsões periféricos;
3. Vazios urbanos;
4. Áreas com uso rural dentro dos perímetros.

CONSEQUÊNCIAS

1. Dificuldades para gerência urbana;
2. Dificuldades com infra-estrutura;
3. Aumento de custos.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Legislação visando redução proporcional do perímetro urbano com população urbana residente;**
- 2. Programas de capacitação e conscientização de políticos, principalmente vereadores referente à questão;**
- 3. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.**

**1.6 -
ESPAÇOS
RURAIS**

PROBLEMAS

1. Áreas sem infra-estrutura;
2. Insuficiência de mapas.

CONSEQUÊNCIAS

1. Pouco aproveitamento dos potenciais locais.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Programas de conscientização para o envolvimento comunitário dos residentes rurais ;**
- 2. Recursos para infra-estrutura rural;**
- 1. Implementação de programas que visem a fixação de moradia, com qualidade de vida no campo;**
- 3. Ampliação das parcerias de assistência técnica ao homem do campo;**
- 4. Busca por tecnologias alternativas objetivando o desenvolvimento da agricultura orgânica;**

**1.7 -
PARCELAMENTO**

5. Implementação de programas que busquem a profissionalização de agricultores;
6. Revisão da legislação ambiental e urbanística segundo as especificidades regionais;
7. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.

PROBLEMAS

1. Loteamentos irregulares;
2. Ocupação de áreas de risco;
3. Áreas sem infra-estrutura;

CONSEQUÊNCIAS

1. Comprometimento da paisagem;
2. Exposição da população;
3. Problemas com o atendimento de infra-estruturas;
4. Pouco aproveitamento dos potenciais locais.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

1. Regularização fundiária;
2. Proibição de atendimento em áreas de risco com água e luz;
3. Programas de conscientização comunitária;
4. Trabalhar no sentido de integrar a projetos de parcelamentos para condomínios fechados;
5. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.

**1.8 –
CAPACITAÇÃO
TÉCNICA**

PROBLEMAS

1. Informações dispersas;
2. Falta de pesquisa sobre aspectos regionais.

CONSEQUÊNCIAS

1. Atendimento clientelizado;
2. Falta de responsabilidade técnica;
3. Ocupação de áreas de risco.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

1. Definição de responsáveis técnicos respondendo pelos setores de planejamento, projeto e obras;
2. Elaboração de Banco de Dados;
3. Instituição de protocolo e rotina interna de serviços e análises de projetos visando cobrança de tributos que viabilize contratação de técnicos.;
4. Programas de medida de desempenho;
5. Programas de conscientização e fiscalização comunitária.

2 – HABITAÇÃO

Coordenadora	Arquiteta: Norma Leidorf Bartz
Assuntos debatidos	Acesso a terra, Programas de Unidades habitacionais, Prevenção quanto a ocupação de áreas de risco, Urbanização dos assentamentos precários, Programas sociais/Educação, Tecnologia, Moradia Rural.
2.1 - ACESSO A TERRA	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Falta de áreas disponíveis para assentamento social;2. Êxodo rural;3. Dificuldade de acesso aos programas de financiamento;4. Aquisição do lote próprio. <p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Invasão das áreas de risco e periferias;2. Ocupação das áreas públicas;3. Subdivisão dos lotes criando bolsões de moradia sem infra-estrutura;4. Favela nas periferias das zonas urbanas. <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Legislação que torne o loteamento vertical e horizontal oneroso ao proprietário do terreno revertendo aos cofres públicos um percentual dos valores de venda da área loteada para aplicação em assentamentos sociais;2. Legislação que estabeleça prazo para uso de terras situada no perímetro urbano estabelecendo seu índice de comprometimento com o poder público no que diz respeito a expansão e manutenção de assentamentos sociais;3. Aplicação de IPTU progressivo;4. Implementar a fiscalização para cumprimento das leis do Plano Diretor;5. Desburocratização das linhas de crédito que financiem habitação;6. Programas de financiamento que incentivem o retorno à área rural;7. Desenvolver Fóruns municipais para divulgação e aprovação do Plano Diretor.
2.2 - PROGRAMAS DE UNIDADES HABITACIONAIS	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Projetos inadequados;2. Dificuldade de acessos nos programas de financiamento;3. Falta de estudos das áreas a serem utilizadas para assentamentos;4. Falta de contemplação de minorias ou grupos específicos (deficientes, idosos, mulheres chefes de famílias). <p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Falta de privacidade entre integrantes da família (promiscuidade); evasão das unidades; inadimplência;2. Aglomerados urbanos urbanos sem qualidade de vida (área de risco / insalubres);3. Abandono das unidades por não haver identificação com a área oferecida;4. Exclusão/discriminação deste grupo.

**2.3 –
PREVENÇÃO
QUANTO A
OCUPAÇÃO
DE ÁREAS DE
RISCO**

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Flexibilidade do Projeto Arquitetônico, legislação adequada, acompanhamento contínuo e emancipatório da assistência social;**
- 2. Cursos profissionalizantes, geração de rendas;**
- 3. Desburocratização e democratização de acesso ao crédito;**
- 4. Estudo da realidade local, discussões com os beneficiados, buscando a participação dos mesmos em todo o processo;**
- 5. Legislação adequada / adequação aos Planos Diretores.**

PROBLEMAS

1. Uso das encostas;
2. Uso das margens de rios;
3. Uso das faixas não edificáveis das estradas (Federais, Estaduais, Locais);
4. Desrespeito às áreas definidas pelo Plano Diretor para outros fins que não sejam habitacionais;
5. Falta de Planos Diretores;
6. Inoperância dos Planos Diretores;
7. Não cumprimento da Lei do Parcelamento do Solo;
8. Recuos dos cursos e nascentes d'água;
9. Áreas de risco.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Caixa Pública onerada;
2. Deslocamento de famílias em épocas de cheias;
3. Perda dos bens familiares;
4. Ocupação desordenada do solo;
5. Queda na qualidade de vida;
6. Ocupação desordenadas das margens.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Implantação dos Planos Diretores;**
- 2. Conscientização das comunidades com as questões ambientais;**
- 3. Criação de legislação a nível regional, visando soluções com leis adaptadas às características topográficas locais;**
- 4. Executar o mapeamento das áreas e proibir seu uso.**

**2.4 –
URBANIZAÇÃO
DOS
ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS**

PROBLEMAS

1. Planejamento inadequado;
2. Falta de espaço para convívio social;
3. Distância dos serviços básicos;
4. Ausência de infra-estrutura.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Falta total de qualidade de vida;
2. Exclusão social (a sociedade não aceita dividir espaços urbanos centrais).

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Comprometer o morador nos serviços essenciais básicos;**
- 2. Programas de envolvimento de cursos alternativos aos moradores onde se recicle o bairro e a moradia como forma**

**2.5 –
PROGRAMAS
SOCIAIS/
EDUCAÇÃO**

de escola profissional;

- 3. Exigir o vínculo e o uso de percentual da receita com projetos sociais no desenvolvimento e melhoria dos equipamentos urbanos no próprio bairro.**

PROBLEMAS

1. Levantamento sócio econômico incompletos;
2. Renda declarada e situação financeira familiar não compatíveis com os projetos sociais;
3. Falta de preparo das famílias para a ocupação da casa (boa vizinhança);
4. Utilização incorreta dos equipamentos da casa (lixo, esgoto, água e energia);
5. Falta de discussão com os moradores e suas reais necessidades de habitação (projetos vem prontos);
6. Distância da moradia aos equipamentos urbanos;
7. Venda dos imóveis antes de receber o título de propriedade.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Público alvo dos projetos de assentamentos sociais não são atingidos
Invasão da privacidade pela proximidade das moradias;
2. Falta de manutenção dos equipamentos da casa provocam morbidades;
3. Inadequado número de pessoas que irão habitar na mesma moradia;
4. Falta de privacidade para o casal e a família, favorecendo a promiscuidade;
5. Exclusão da parcela social de baixa renda dos equipamentos e programas urbanos.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Conscientizar o poder público e os técnicos envolvidos nos programas para assentamento, construção, bem como para manutenção destes conjuntos sociais, para que estes projetos e assistências sejam planejados e operantes;**
- 2. Criar associação de moradores nos bairros;**
- 3. Criar Conselho Municipal da Habitação;**
- 4. Levantamento sócio econômico executado por profissionais técnicos**

**2.6 –
TECNOLOGIA**

PROBLEMAS

1. As técnicas utilizadas oneram a construção de moradias sociais;
2. Resistência à aceitação de novas técnicas;
3. Falta de mão-de-obra especializada com relação às novas técnicas.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Dificuldade de reduzir o custo m2 da moradia social;
2. Uso de materiais catados em lixões para ampliação da moradia.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Inserir tecnologias alternativas através de cursos aos futuros moradores dos assentamentos;**
- 2. Adequar as tecnologias às diversidades de relevos / regiões, através de serviço técnico.**

**2.7 –
MORADIA
RURAL**

PROBLEMAS

1. Baixa rentabilidade do Setor Primário;
2. Agrupamentos e aglomeramentos urbanos;
3. Dificuldade de acesso aos programas de financiamento de construção,

	<p>reformas e ampliações;</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Falta de incentivo; 5. Falta de moradia para os filhos dos agricultores e arrendeiros <p>CONSEQÜÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fuga para centros urbanos; 2. Assentamentos inadequados 3. Doenças devido o habitar conviver com agrotóxicos e animais; 4. Sobrecarga dos cofres públicos; 5. Fácil desistência. <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programas que fixem os jovens no campo; 2. Assessoria jurídica junto aos sindicatos; 3. Facilitar o acesso a financiamentos – recuperação, construção e ampliação 4. Criar o Conselho Municipal dos moradores rurais; 5. Desburocratização dos processos e facilidade ao acesso às informações 6. Conscientizar a sociedade através de programas que incentivem o acesso ao produto rural; 7. Incentivo e esclarecimento ao cooperativismo.
--	--

3 – SANEAMENTO

Coordenador	Arquiteto: Luiz Carlos Hessmann
Assuntos debatidos	Sistema de Abastecimento de Água, Drenagem Urbana, Gestão de resíduos sólidos, Esgotamento Sanitário, Meio Ambiente.
3.1 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Péssima qualidade da água bruta nos locais de captação; 2. Degradação dos mananciais; 3. Enchentes; 4. Substituição da mata ciliar por exótica 5. Ocupação urbana desordenada; 6. Falta de tratamento de efluentes domésticos e industriais; 7. Não aplicação da legislação para recolhimento dos resíduos sólidos e tratamento esgoto agroquímicos; 8. Falta de compromisso solidário com o meio ambiente; 9. Desmatamento; 10. Uso indiscriminado do agrotóxico; 11. Não acesso a água tratada na área rural. <p>CONSEQÜÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Incidência de doenças; 2. Incapacidade de tratamento dos resíduos químicos na água; 3. Altos custos no tratamento da água bruta; 4. Enchentes; 5. Alteração da paisagem <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura dos órgãos fiscalizadores; 2. Educação do cidadão para o uso dos elementos da natureza;

**3.2 -
DRENAGEM
URBANA**

- 3. Incentivos públicos para proteção e recuperação dos mananciais;**
- 4. Programa de redução e/ou eliminação do uso indiscriminado do agrotóxico e adubação química;**
- 5. Programa de acompanhamento da qualidade das águas, principalmente humano e animal;**
- 6. Programas de utilização / coleta das águas da chuva em propriedades com área coberta.**

PROBLEMAS

1. Ocupação das áreas de risco e de preservação permanente;
2. Impermeabilização do solo;
3. Falta de projetos técnicos para obras de drenagem;
4. Falta de limpeza urbana acumulando entulhos e entupindo bueiro;
5. Rede pluvial usada para esgoto doméstico.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Alagamentos freqüentes;
2. Danificação de áreas pavimentadas;
3. Agravamento no processo de erosão;
4. Prejuízos generalizados para o comércio, prestação de serviços e habitação;
5. Dificuldade de mobilidade urbana;
6. Proliferação de doenças e riscos de vida por deslizamentos.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Criação e observância aos Planos Diretores;**
- 2. Promover programas de educação ambiental em todos os níveis;**
- 3. Melhorar sistemas de limpeza urbana;**
- 4. Promover o desassoreamento de córregos, rios e galerias existentes;**
- 5. Elaborar políticas e promover programas de desocupação de áreas de risco (encostas, fundo de vales e faixas de preservação permanente dos rios);**
- 6. Atuação da Defesa Civil na prevenção e fiscalização da ocupação irregular;**
- 7. Investir em cobertura vegetal do solo.**

**3.3 –
GESTÃO DE
RESÍDUOS
SÓLIDOS**

PROBLEMAS

1. Hábitos culturais;
2. Modelo de desenvolvimento;
3. Programa de educação falho (processo) formal / informal;
4. Falta de coleta e destino adequado dos resíduos;
5. Falta de investimentos (área não é priorizada) recursos.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Degradação ambiental e humana;
2. Contaminação do solo, água e ar;
3. Doenças provenientes de vetores;
4. Alto índice de internações hospitalares.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Gestão participativa ambiental;**
- 2. Políticas públicas que priorizem recursos para resíduos;**

3.4 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- 3. Aplicabilidade das leis e normatização das leis, decretos, resoluções e NBr em nível Estadual e Municipal;**
- 4. Destinar um percentual fixo à ser aplicado na área ambiental;**
- 5. Fiscalização ambiental municipal;**
- 6. Intensificar ações educativas envolvendo todos os segmentos da sociedade.**

PROBLEMAS

1. Inexistência de programas e ações de saneamento urbano e rural (90% da população de SC sem esgoto);

CONSEQÜÊNCIAS

1. Elevados casos de doenças e/ou mortes por falta de saneamento;
2. Poluição dos mananciais hidrográficos;
3. Falta de pessoal capacitado para implantação e fiscalização;
4. Proliferação de vetores
5. Gastos elevados com Saúde Pública
6. Má aplicação da Lei.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Políticas de incentivo ao saneamento, de adequação local, de acordo com a população local;**
- 2. Obrigatoriedade de matéria curricular nas escolas, desde as séries iniciais, objetivando a educação e conscientização;**
- 3. Definição, através de Lei, de Plano Nacional de Saneamento Ambiental, para aplicação a nível Federal, Estadual e Municipal. Sendo o município concedente do serviço, podendo utilizar companhias estaduais para implantação;**
- 4. Promover mecanismos de participação e controle social, através da criação de conselhos;**
- 5. Assegurar reserva orçamentária para financiamento das obras de saneamento (através da Caixa Econômica, BNDES, CASAN, Governo do Estado, Município) através da criação de Fundos Municipais de Saneamento Urbano;**
- 6. Implantação de esgoto sanitário, seja através de estação de tratamento coletivo ou tratamento individual;**
- 7. Plano Diretor atuante com fiscais capacitados, para verificação “in loco” de acordo com a realidade de cada município;**
- 8. Planejamentos e Gestão Pública**

3.5 – MEIO AMBIENTE

PROBLEMAS

1. Falta de estrutura na fiscalização ambiental;
2. Ocupação de APP's em áreas urbanas e rurais;
3. Desmatamentos desordenados sem observação do Código Florestal;
4. Monocultura com reflorestamento de exóticas (pinus, eucalipto);
5. Destino de dejetos humanos e animais;
6. Falta de Planos Diretores;
7. Descumprimento dos TAC / falta de fiscalização;
8. Instalação de indústrias poluidoras;;
9. Mecanismos adequados de controle da poluição;
10. Uso excessivo e desordenado de agrotóxicos;
11. Lixões (custo operacional em virtude da legislação vigente).

CONSEQÜÊNCIAS

1. Desequilíbrio ambiental;
2. Desmatamento, extinção de espécies da flora e fauna;
3. Enchentes, assoreamentos, desequilíbrio da fauna e flora, variação de temperatura;
4. Desequilíbrio da biodiversidade;
5. Contaminação dos mananciais, desequilíbrio da qualidade e quantidade dos seres aquáticos e a sobrevivência desses;
6. Crescimento desordenado;
7. Poluição do ar, água, solos;
8. Empobrecimento dos agricultores, por adquirir agrotóxicos, fertilizantes em excesso.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

1. **Revisão da legislação, contratação de pessoas capacitadas, reorganização e capacitação dos órgãos competentes, cumprindo-se a Lei;**
2. **Fiscalização e aplicação da Lei. Estudo técnico de viabilidade econômica e ambiental para implantação do projeto (levando em conta a biodiversidade);**
3. **Tratamento adequado dos dejetos, conscientização da população e uma linha específica de créditos para o tratamento desses dejetos;**
4. **Criar, adequar e fazer cumprir o plano diretor dos municípios – Cobrar o cumprimento do plano – campanhas para o uso correto dos agrotóxicos – conscientização da população quanto aos alimentos com agrotóxicos;**
5. **Criação de consórcios para implantação de aterros sanitários regionalizados;**
6. **Cada município deverá ter seu centro de triagem e a conscientização da população na separação do lixo.**

4 - TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Coordenador	Engenheiro: Milton Sávio Demarch
Assuntos debatidos	Rodovia de ligação (BR), Rodovias (SCs) Vicinais, Modais de Transportes.
4.1 – RODOVIA DE LIGAÇÃO (BR)	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Uso da rodovia para trânsito local e/ou como corredor de uso comercial e industrial e de serviços locais, adensamento;2. Acessos inadequados as cidades ao longo da BR-470;3. Falta de estacionamento para veículos transportando produtos perigosos;4. Falta de acostamento;5. Existência de reflorestamento inadequado na faixa de domínio;6. Falta de passarela para pedestres nas pontes. <p>CONSEQÜÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Diminuição da qualidade da rodovia;2. Cai nível de serviços da rodovia;3. Acidentes;4. Aumento do custo de transporte e manutenção da rodovia;5. Aumento do tempo de viagem;6. Aumento do nível de poluição;7. Congestionamentos;8. Redução de velocidade;9. Risco ao meio ambiente e a população vizinha;10. Insegurança no trânsito;11. Elevação do grau de acidentes;12. Falta de segurança aos pedestres <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Construção de vias marginais;2. Construção de rodovias alternativas;3. Modernização ou adequação dos acessos;4. Construção de áreas de estacionamento específicos para veículos transportando produtos perigosos;5. Construção de acostamentos;6. Adequação da vegetação;7. Construção de passarelas
4.2 – RODOVIAS VICINAIS (SCS)	<p>PROBLEMAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Falta de conservação;2. Falta de acostamento;3. Falta de sinalização e fiscalização;4. Falta de estacionamento para veículos de transporte coletivo. <p>CONSEQÜÊNCIAS</p> <ol style="list-style-type: none">1. Insegurança e acidentes. <p>POLÍTICAS DE SOLUÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none">1. Conservação mais freqüente;2. Construção de acostamentos;3. Proceder sinalização;4. Construção de bolsões para pontos de ônibus;5. Implantação de vias de intermunicipais urbanizadas.

**4.3 –
VIAS LOCAIS**

PROBLEMAS

1. Falta de engenharia de tráfego;
2. Falta de contagem de tráfego;
3. Falta de acessibilidade aos portadores de deficiência física e idosos;
4. Falta de corredores de carga;
5. Passeios públicos não adequados;
6. Falta de ciclovias;
7. Falta de corredores de ônibus;
8. Adensamento de veículos;
9. Conflito em transporte de carga e de serviços;
10. Falta de estudos para adequação do transporte coletivo à demanda.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Transporte deficiente e oneroso;
2. Implantação de vias inadequadas;
3. Baixa utilização do serviço de transporte coletivo.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Implementação de engenharia de tráfego;**
- 2. Realização de pesquisa de tráfego;**
- 3. Condições de acessibilidade ao portador de deficiência física e idosos;**
- 4. Definição de vias de corredores de carga;**
- 5. Implantação de passeios públicos adequados;**
- 6. Implantação de ciclovias;**
- 7. Implantação e previsão de corredores de ônibus;**
- 8. Promover estudos e pesquisas na área do transporte coletivo.**

**4.4 –
MODAIS DE
TRANSPORTE**

PROBLEMAS

1. Atenção focada em apenas um modal de transporte – rodoviário.

CONSEQÜÊNCIAS

1. Dependência exclusiva ao modal rodoviário. Qualquer problema nas vias principais pode gerar grandes conseqüências.

POLÍTICAS DE SOLUÇÃO

- 1. Implementar o transporte ferroviário de passageiros e de carga;**
- 2. Definir faixas para implantação de dutovias;**
- 3. Ampliar e equipar o Aeroporto de Lontras.**

DELEGADOS REGIONAIS ELEITOS

Agrolândia: Alysson José Krause e Claudinei Vicenzi

Agronômica:

Atalanta: Horácio José Demarchi e Lauro Krunvald

Aurora: Caluto Juarez Zandonai e Jakson Inácio

Braço do Trombudo: Helena Leonhardt e Silvia Maria Zimmermann

Chapadão do Lageado: Orli Carlos Paul

Dona Emma: Márcio Jedliczka Gerhke e Anderson Schwarz

Ibirama: Bento José Petri, Leoni M. Fiedler, Eneseli L. Leandro, Egon Flores e Ilásio Bahr

Imbuia: Heriberto Eliziário Rodrigues e Valdir Alves

Ituporanga: José Carlos Wiese e Hélio Góss Oliveira

José Boiteux:

Laurentino: Rosana Maria da Rocha Nardelli e Daniela Bambinetti Nasato

Lontras: Glauco Roland Kühl e James Koepsel

Mirim Doce: Valter Stein e Werner Frederico Stachr

Petrolândia: Jakson Marcondes Calbusch e Valdemar Fortkamp

Pouso Redondo: Altair A. Marian Júnior e Altamir Alves de Campos

Presidente Getúlio: Guido Gramkow, Nicolau João da Silva, Jaci José Fillagranna Bortolon, Marcos Anderson Treitinger e Clóvis Wolnei Pauli

Presidente Nereu: Laércio Jönck e Nei Feuzer

Rio do Campo: Heitor Borinelli e Carine Winiarski

Rio do Oeste: Valdenir Helimann e Adelírio Heidemann

Rio do Sul: Urbano Schmitt Júnior, Clóvis Neumann, João Carlos de Andrade, Jurandir dos Santos, Eduardo Aragão, Odair Rogério da Silva, Maria de Lurdes Arceno, Márcia Mortari, Osímio Chiquetti, Valdonir Estivalet Teixeira, Cláudia Hilbert e Franciane Giese

Salete: Ivo Francisco Goedert e Solenir de Amorim Venturi

Santa Terezinha: Janete Granza e Maria Elisabete Radzinski

Taió: Fairuza R. Loch, Ailton Martins, Leonor Goetten de Souza, Jucinara Cruz e Márcio Fábio Ribeiro

Trombudo Central: Leonor Claudino e Viviana Wachtel Selene Uba

Vitor Meireles: Manoel Marcelino e Lourival Lunelli

Witmarsum: Ana Schramm e Robert Lang

COMISSÃO EXECUTIVA

Aldo Siebert
Prefeitura Municipal de Rio do Sul

Clóvis Neumann
UNIDAVI

Eduardo Aragão
Associação dos Engenheiros do A.V.I.

Jurandir dos Santos
Associação Regional de Moradores

Milton Sávio Demarch
AMAVI

Norma Leidorf Bartz
AMAVI

Luiz Carlos Hessmann
AMAVI

Maristela Macedo Poleza
AMAVI